

município e em outras variáveis, como a população, o número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal e o número de alunos em situação vulnerável no ensino fundamental da rede municipal.

São características da PRE:

(i) correlação com o porte populacional dos municípios;
(ii) previsão de incentivos para reduzir o abandono escolar;
(iii) atribuição de maiores recursos a municípios com mais alunos em situação vulnerável na rede municipal.

A PRE, em cada ano t, para cada município i, é calculada pela seguinte fórmula:

PREt,i=IQEMt,iPortet,ii645IQEMt,iPortet,i, sendo:

Portet,i, formado pela população, número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental, e o número de alunos em situação de vulnerabilidade, o número de matrículas em creche na rede municipal e o número de matrículas em Ensino Integral na rede municipal, calculado pela seguinte fórmula

Portet,i=0,50Popt,ii645Popt,i+0,20NMT,ii645NMT,i+0,10×NAVt,ii645NAVt,i,+0,10×NEIt,ii645NEIt,i+0,10×NCHT,ii645NCHt,i, em que:

Popt,i é a população do município i, no ano t, de acordo com o último recenseamento geral, realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

NMT,i é o número de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal, no ano t, no município i, de acordo com o Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

NAVt,i é o número de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental do município i cuja família esteja cadastrada no Cadastro Único, receba o Auxílio Brasil ou Benefício assistencial à Pessoa com Deficiência - BPC, se matriculado em escola pública, em 31 de dezembro do ano t.º (NR)

NEIt,i é o número de matrículas de tempo integral nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal, no ano t, no município i, de acordo com o Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

NCHt,i é o número de matrículas na creche na rede municipal, no ano t, no município i, de acordo com o Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa aperfeiçoar a proposta governamental e ampliar critérios inclusive número total de matrículas da rede municipal.

Sala das Sessões, em 4/8/2022.

a) Márcia Lía

EMENDA Nº 1, AO PROJETO DE LEI Nº 440, DE 2022

Suprime, após o artigo 7º, a expressão “Capítulo III - Regime de Dedicção Exclusiva - RED”.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda destina-se aprimoramento do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 4/8/2022.

a) Professora Bebel

Debates

1º DE AGOSTO DE 2022
68ª SESSÃO ORDINÁRIA
<p>Presidência: CORONEL TELHADA, MAJOR MECCA e JANAINA PASCHOAL</p>
RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
6 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - ENIO LULA TATTO
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Destaca a necessidade de colocar o PDL 22/20 em pauta.
9 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Endossa o pronunciamento do deputado Conte Lopes.
11 - JANAINA PASCHOAL
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
12 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência.
13 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - MAJOR MECCA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
15 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 02/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente, o primeiro expediente do segundo semestre de 2022. Hoje é dia 1º de agosto de 2022 e desejamos a todos os deputados um ótimo regresso e que façamos melhor neste segundo semestre.

Vamos começar com o Pequeno Expediente. Temos os seguintes oradores inscritos: o primeiro orador é o deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Telhada, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, de volta, como V. Exa. disse, ao segundo semestre do período legislativo aqui na Assembleia Legislativa, hoje é dia 1º de agosto e tenho a honra de fazer o primeiro pronunciamento deste semestre.

Vou continuar, Sr. Presidente... Muita gente me critica aqui, dizendo: “O Giannazi é o deputado do samba de uma nota só, só fica falando do PDL 22, só fica falando da questão dos aposentados e pensionistas”.

Quero abrir meu pronunciamento dizendo exatamente isso: enquanto o governo não resolver essa questão, enquanto o governo não revogar o Decreto nº 65.021, que está matando, que está roubando, que está assaltando as aposentadorias e pensões de milhares de pessoas no estado de São Paulo - são mais de 600 mil aposentados e pensionistas - eu vou continuar não só falando, mas defendendo e fazendo gestões para que o nosso PDL 22, do qual V. Exa., deputado Telhada, foi o relator no congresso de comissões e deu um parecer favorável...

E também V. Exa. assina o documento, o requerimento pedindo para que ele seja pautado, como também a deputada Janaina Paschoal, que assina o requerimento, defendendo a aprovação do PDL 22 e o fim do confisco das aposentadorias e pensões.

Então, a Assembleia Legislativa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem que manter a sua autonomia e a sua independência em relação ao Poder Executivo. Isso não vem acontecendo já há anos, mas nós estamos assistindo a uma cena patética e bizarra que está envergonhando e criando uma verdadeira mácula na história da Assembleia Legislativa.

Porque nós temos um projeto, um PDL, o Projeto de decreto legislativo nº 22, que já foi aprovado em todas as comissões. Inclusive a emenda do próprio governo, encaminhada pelo governo para obstruir o projeto em 2020, foi incorporada ao projeto, foi aprovada nas comissões. Olhe só, o próprio governo legitimando o PDL 22.

O projeto já está pronto para ser votado em regime de urgência; não precisa de mais nada. O projeto já tem num requerimento com 53 assinaturas; 53 deputados e deputadas estão defendendo que ele seja pautado e, logicamente, esses 53 deputados e deputadas votarão favoravelmente.

Mas nós nem precisamos de todos esses votos, porque como é uma votação de maioria simples, nós precisamos apenas de 48 deputados presentes aqui no plenário e desses 48 deputados, apenas 25 votos favoráveis ao PDL 22 para que o decreto seja revogado, o Decreto nº 65.021. Então nós já temos mais que o dobro dos votos para que o projeto seja votado.

Mas além disso, nós temos ainda mais de 300 moções de apoio que foram debatidas e votadas em Câmaras Municipais do estado de São Paulo. Quase metade do nosso estado já se posicionou a favor do fim do confisco, pela aprovação do PDL 22. Eu estou dizendo aqui que as condições já estão todas dadas do ponto de vista legal, do ponto de vista da Assembleia Legislativa.

Não há mais o que a gente possa fazer a não ser apelar, rogar, pressionar e exigir que o presidente da Assembleia Legislativa mantenha a autonomia e a independência do Poder Legislativo, porque hoje a Assembleia Legislativa quer a aprovação do PDL 22. São 53 deputados e deputadas defendendo.

O fato de o governador Rodrigo/Doria não querer é outra história, é outro Poder. Lá é o Poder Executivo e o Poder Executivo não pode mandar no Poder Legislativo, porque quando um PDL é aprovado aqui na Assembleia Legislativa não cabe nem sanção e nem veto do governador.

Então nós temos uma oportunidade histórica, deputado Telhada, de exercer de fato a autonomia e a independência do Poder Legislativo, tirando essa pecha de que a Assembleia Legislativa é um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, das gestões do PSDB, do Tucanistão, do Tucanato aqui de São Paulo.

Então nesse sentido eu faço um novo apelo para que os deputados, sobretudo os que assinaram o nosso requerimento, façam gestões, pressão, façam também apelos para que o deputado Carlão Pignatari, o presidente da Assembleia Legislativa, coloque para votação, que ele paute o projeto, porque só falta isso. Todas as condições estão dadas, Sr. Presidente.

Então só falta que o PDL 22 seja pautado e nós possamos colocar um fim definitivo a esse roubo, a esse assalto, a esse ataque à dignidade humana de milhares de aposentados e pensionistas servidores do estado de São Paulo que já contribuíram e são credores do Estado e não devedores.

E só para concluir, Sr. Presidente, o Rodrigo Garcia, o Rodrigo/Doria, no programa Roda Viva, disse que a aprovação, o fim do confisco, esbarraria talvez na lei eleitoral. Isso não procede, porque o estado de Sergipe recentemente revogou o confisco lá. A Assembleia Legislativa de Sergipe revogou, aprovou o fim do confisco das aposentadorias.

Então voltarei a esse tema nos próximos dias a todo momento, porque enquanto esse confisco criminoso que foi colocado no estado de São Paulo, que foi assinado pelo ex-governador Doria/Rodrigo Garcia não for revogado, nós não vamos parar de lutar aqui na Assembleia Legislativa e também em todas as regiões do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado, e conte com o nosso apoio no PDL 22. O próximo deputado é o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Murilo Felix. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal.

Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham; V.Exa., Sr. Presidente; colegas deputados, funcionários da Casa; muito embora o plenário volte hoje, a Casa não parou. Houve muitas atividades internas e externas, recebendo parlamentares municipais, recebendo prefeitos, visitando Câmaras de Vereadores, muitos hospitais.

Então, o trabalho não parou, e dentre as pautas que eu pude acompanhar durante este recesso do plenário, eu queria destacar duas.

A primeira delas diz respeito às visitas às maternidades. Eu e minha equipe temos visitado maternidades. Por quê? Porque apesar de estar em vigor a Lei 17. 137/19, lei aprovada nesta Casa - então está em vigor desde 2019 - essa lei não está sendo observada aqui no estado de São Paulo, primeiro porque são poucas as maternidades que colocam a placa para dizer que as parturientes, as gestantes têm direito a participar da decisão sobre como seu filho vai nascer, se por parto normal ou por cesariana.

Se escolher parto normal, tem direito a analgesia. Então, não tem essa placa que é prevista em lei, e além de não ter a placa o que as mães estão ouvindo nos hospitais é que essa lei não existe, esse direito não existe, essa lei não pegou, essa lei não funciona aqui, e o que não existe é ter uma lei no Estado que não é observada.

Mais do que não ser observada, é desafiada todo santo dia com mulheres submetidas à tortura de passar, 10, 20, 30, 40 horas no trabalho de parto sem analgesia, que acaba sendo convertida em cesariana na urgência, às pressas, e infelizmente, não raras vezes, o bebê vem a óbito. Neste mês de julho, eu recebi a notícia de três bebês que vieram a óbito por causa da negativa da cesariana, a insistência num parto normal que já se mostrava inviável, inclusive uma gestante com pressão alta diagnosticada durante o pré-natal, uma gestante com encaminhamento do médico que acompanhou a sua gestação com orientação para fazer cesariana, e a maternidade não observou.

Então, eu quero, uma vez mais, dizer aqui: na última reunião que o secretário da Saúde esteve na Casa eu falei com o secretário da Saúde, enviei um novo requerimento de informações. Estamos fazendo essas visitas, seguiremos fazendo essas visitas. Eu quero dizer aqui que a lei está em vigor e que a não observância dessa lei está gerando morte.

O parto normal é excelente. Desde que ele seja viável, ele não pode ser uma imposição. Não existe, não pode existir a ditadura do parto normal. Forçar uma mulher tentar ter um bebê por horas a fio, sem analgesia, quando esse bebê já está em sofrimento, é uma atitude criminosas, mais do que antiética.

A lei que vigora no estado de São Paulo desde 2019 só deu para a mulher que depende do SUS, que depende da saúde pública o mesmo direito que as mulheres que têm condições de pagar particular ou que têm condições de pagar convênio já têm.

Então, não inventamos direitos, nós apenas estendemos esses direitos, porque o próprio CFM, por meio de resolução, desde 2016 prevê, de maneira clara, objetiva, esse direito para todas as mulheres, porque o CFM não diz só no sistema privado, o CFM não diz isso, mas na prática é isso o que acontece.

Então a lei está em vigor. Nós estamos fiscalizando sim, nós estamos oficiando sim. Eu agradeço a Deus, porque o Ministério Público já acordou e tem promotores de Justiça também avaliando o que está acontecendo.

Nós não vamos sossegar enquanto houver bebês morrendo ou ficando sequelados por uma insanidade completamente científica e contrária à legislação vigente, aprovada nesta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada. Parabéns pela sua luta, é muito importante. Próximo deputado é o deputado Major Mecca. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários que nos dão suporte, nossos policiais militares, policiais civis que estão aqui no plenário - nossa gratidão pelo serviço prestado por vocês -, vocês que nos acompanham pela rede social, pela TV Alesp.

Ontem, no final da tarde, domingo, 31 de julho, nós tivemos mais uma cena de barbárie praticada pelo crime no Central Plaza Shopping, na zona leste. Mais de sete criminosos fortemente armados invadiram o shopping. Teve um segurança baleado. Roubaram duas joalherias, fizeram reféns.

Na quinta-feira da semana passada foi em Guarulhos, no Shopping Internacional de Guarulhos. Outra quadrilha, ou a mesma quadrilha, invadiu o shopping para roubar joalherias, fazer reféns. Já são 13 shoppings invadidos no estado de São Paulo.

O aumento do número de roubos é altíssimo neste ano, roubo de carga aumentou mais de 10%, o número de homicídios subiu 6,9%, o latrocínio, 23 por cento. Quadrilhas para levar trabalhadores para cativoiro, para fazerem transferência pelo PIX.

Eu cobro neste plenário novamente, como faço há três anos e meio. Srs. Parlamentares, povo, que talvez não tenha esses dados, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, deputada Janaina Paschoal, em 2012 tinha um efetivo de 94 mil homens, um pouquinho mais de 94 mil homens. Hoje, em 2022, dez anos após, a Polícia Militar tem um efetivo de 81 mil homens.

Nesses últimos dez anos a população, o número de habitantes em São Paulo cresceu e o efetivo da Polícia Militar diminuiu em 13 mil homens. O claro de policiais na Polícia Civil ultrapassa 15 mil policiais.

Nos vemos as quadrilhas, o crime organizado ocupar o terreno no estado de São Paulo. Olhe esse número, Srs. Parlamentares, porque a responsabilidade de fiscalização é nossa. Latrocínio, 23 por cento.

Você que está nos ouvindo, latrocínio é aquele ladrão que tira a sua vida, mata, dá um tiro para levar o seu aparelho celular, para forçar a lembrar a sua senha para fazer uma transferência bancária. É essa a situação que nós vivemos.

Sabe por que isso acontece no estado de São Paulo? Porque aquela mesma bravata, aquela mesma mentira e enganção no início do governo do João Doria e do Rodrigo Garcia, de que nós vamos criar 18 Batalhões de Ações Especiais, 18 Baeps, aquilo foi uma manobra de marketing, para se angariar votos.

Porque o que eles fizeram? O efetivo da polícia diminuiu. Ele tirou efetivo da Rádio Patrulha, policiais que fazem o policiamento ostensivo, que atendem o 190, que é o chamado de emergência, ele tirou os policiais que faziam o 190 e os colocou no Baep. Montou batalhões sem estrutura de inteligência alguma para combater crime organizado, porque a finalidade de Batalhões de Ações Especiais é para combate ao crime organizado. Como se faz combate ao crime organizado sem inteligência policial?

Nenhum batalhão de Baep tem estrutura de inteligência policial. Eu digo porque eu encerrei a minha carreira na Polícia comandando o 4º Baep na zona leste, e nós não tínhamos... E não foi por falta de eu, como comandante, correr atrás. Consequi, inclusive, apoio do Gaeco para fazer isso, mas não me foi permitido. E agora estão fazendo a mesma coisa.

Rodrigo Garcia faz a mesma manobra. Inventou a “Operação Sufoco”: pega os policiais para fazerem bico no horário de folga - todos já fazem - mas aumentou o número de vagas, está forçando os policiais a dobrar o número de serviço no horário de folga. Se o policial não se inscrever na Dejem, eles estão ameaçando fazer escala extra para o policial ter que ir trabalhar, para que o Sr. Rodrigo Garcia possa obter voto da Segurança Pública no estado de São Paulo.

As manobras do PSDB no estado de São Paulo estão tirando vidas. O nosso povo está morrendo, o crime, crescendo em passos largos. O Primeiro Comando da Capital já tomou conta do Brasil, da América Latina, e o nosso povo está refém nas mãos de traficantes e criminosos fortemente armados, e não há política pública de segurança no nosso Estado.

E os nossos policiais pagando com a própria vida. A média de policiais que praticaram suicídio neste ano são três por mês. Imagina uma empresa, deputado Enio Tatto, em que três funcionários praticam suicídio por mês. E o problema sendo varrido para debaixo do tapete.

Seja pelo governo de São Paulo, governo do PSDB, seja pelo comando da Polícia Militar, pelo comando da Polícia Civil, que infelizmente se deixou aparelhar e trabalha para esse governo, que não se preocupa com as pessoas, não se preocupa com os seus policiais. E São Paulo nas mãos do crime.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado: deputado Coronel Telhada - eu falarei posteriormente. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.)

Pela lista suplementar... Deixe-me só anotar um negocinho aqui que eu fui informado pela assessoria, na inscrição do deputado Enio Tatto. Pela lista suplementar, é o Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) E eu farei uso da palavra, para tanto, solicito que o Sr. Deputado Major Mecca assuma a Presidência dos trabalhos.

- Assume a Presidência o Sr. Major Mecca.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Assumindo a Presidência dos trabalhos, uma boa tarde a todos, um bom retorno. Chamo à tribuna, neste Pequeno Expediente, na lista suplementar, o deputado Coronel Telhada, para o uso da palavra em tempo regimental.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo a Sra. Deputada Janaina Paschoal, o deputado Enio Tatto, deputado Conte Lopes, deputado Major Mecca e a todos que nos assistem aqui pela Rede Alesp, os nossos assessores e funcionários, os senhores e as senhoras policiais militares aqui presentes, como sempre garantindo o nosso trabalho.

Hoje, dia primeiro de agosto, uma segunda-feira, retornando às atividades nesse segundo semestre. Teremos um semestre talvez um pouco diferente, tendo em vista que logo se inicia

também a campanha para 2022. Quero aproveitar e desejar a todos os colegas aqui uma ótima campanha. Vamos trabalhar, que tem bastante serviço para ser feito aí.

Pois bem, queria começar nossa fala de hoje aqui comentando uma ocorrência que foi divulgada pela Polícia Militar, na área do Paraisópolis, na área do 16o Batalhão, aliás o batalhão em que o meu filho, Capitão Telhada, servia até a pouco tempo, porque está afastado agora. E nesse domingo, dia 31, foi apreendido, pela Polícia Militar, um veículo que quem mora mais nas periferias está acostumado a ver, o chamado “paredão”.

É um veículo onde eles colocam uma infinidade de caixas de som, uma coisa absurda. O meu genro, capitão José Antônio, trabalha lá em Perus; ele tem feito muitas operações nesse sentido também, apreendendo esse tipo de veículo.

É um veículo que é normal, mas chega ao local, eles abrem a capota, a caçamba do veículo, levantam um paredão de som, e fica um inferno no local, capitão Conte. Ai vir aquela - desculpe o termo, senhoras - zona no local, onde é barulho, é moto acelerando, é moto roubada, é tráfico de armas, é tráfico de drogas.

E a Polícia Militar é obrigada a agir, tem que agir nesses casos. E apreender todo esse tipo de irregularidade. Nesse caso aí, os policiais do 16o Batalhão realizavam o patrulhamento em Paraisópolis e visualizaram o condutor de uma Montana, que tentou fugir e evitar a abordagem. Mas acabou sendo abordado, e o carro foi apreendido.

E além disso, olha só, o condutor nem CNH possuía. O bicho é folgado mesmo; tem que tomar o carro dele, meter o cara em cana, porque é a melhor coisa que acontece com esse tipo de vagabundo aí. O carro foi apreendido no 34o DP.

Eu quero lembrar a todos que só é possível a apreensão desse veículo através da nossa Lei no 16.049/15, que é a lei que fala sobre o “pancadaão”, contra o “pancadaão”, que é um crime que vem sendo cometido em todo o estado de São Paulo, quicá em todo o Brasil, em que pessoas trazem uma perturbação total da ordem, praticam tráfico, sexo com jovens, com menores de idade; enfim, uma série de arbitrariedades cometidas.

Nós vemos na internet diariamente uma série de vídeos sobre isso. Parabéns à Polícia Militar, ao 16o Batalhão, que tem usado, inclusive, a nossa lei para esse tipo de apreensão.

Uma outra ocorrência que a Polícia Militar traz a público é que estão sendo realizadas operações em peruas escolares, uma coisa muito importante. O Comando de Policiamento de Trânsito realizou a operação “Volta às Aulas”, tendo em vista o retorno das aulas em toda a rede de ensino estadual e particular.

As ações foram voltadas para a fiscalização de veículos usados no transporte dos alunos. Muita gente fala: “puxa, mas a Polícia, em vez de prender bandido, fica fiscalizando carro, olhando pneu”. Sim, olhando pneu, iluminação, condições do veículo, porque são crianças que estão dentro desses veículos.

A segurança dessas crianças cabe, sim, ao condutor do veículo; e também cabe à polícia fiscalizar, para que seja cumprida a lei e essas crianças saiam e retornem para as casas em segurança.

Então, a Polícia Militar tem que fiscalizar, e fiscalizar com rigor esse tipo de transporte, valorizando todos os amigos que trabalham com transporte escolar, que é um trabalho muito nobre, muito importante para a nossa sociedade, mas que têm que ter as suas cautelas, cumprir a lei, para que não tenham problema na fiscalização. Parabéns à Polícia Militar.

Também fiquei sabendo que hoje, dia primeiro, foram iniciados os trabalhos na primeira escola cívico-militar do litoral norte, já com 170 alunos matriculados. Eu sei que tem gente aqui que é contra as escolas cívico-militares.

Eu acho um absurdo o pessoal ser contra uma coisa que é correta. Absurdo; é só no Brasil que a gente vê isso. “Ah, mas nós vamos fazer distinção das boas escolas para as más escolas”. Ou seja, eles querem nivelar tudo por baixo. Nós temos que nivelar por cima.

Então, parabéns aqui ao prefeito Colucci, lá de Ilhabela, que está inaugurando a escola cívico-militar do litoral norte. E qual não é a nossa surpresa, meus amigos, que essa escola leva o nome do saudoso amigo, senador Major Olímpio, uma figura tão importante. Foi deputado duas vezes nesta Casa, foi deputado federal, senador. Infelizmente, faleceu em 2021, após contrair a Covid.

Então, uma boa notícia do lançamento da escola cívico militar municipal, perdão, Escola Cívico Municipal Senador Major Olímpio. Parabéns ao prefeito Antônio Colussi, que também é oficial da Polícia Militar, é capitão da PM, por essa excelente decisão. Parabéns a Ilhabela por essa iniciativa.

Também quero dar ciência, só para encerrar, Sr. Presidente, rapidamente de que o sargento Danilo Miranda, no domingo, sagrou-se campeão internacional de jiu-jitsu da América do Sul - International Master South America - e de quebra assumiu o primeiro lugar no ranking nacional.

O sargento Danilo Miranda trabalha lá em Tatui e é nosso apoiador. Nós inclusive apoíamos as lutas do sargento Danilo Miranda, e agora ele é campeão internacional de jiu-jitsu na América do Sul. Parabéns, sargento Danilo Miranda. Conte com a nossa equipe e continue firme nos trabalhos aí.

Hoje, dia 1º de agosto, é o aniversário das queridas cidades de Bauru e Piracicaba. Parabéns aos amigos de Bauru e Piracicaba que nos assistem e a todo o interior de São Paulo que diariamente nos assiste.

Para finalizar, eu creio que os Srs. Deputados já sabem, muitos funcionários soberam aqui no dia. Infelizmente, no dia 21 de julho, nós perdemos um querido amigo, um assessor meu de muitos anos, meu amigo há mais de 25 anos. Trabalhou comigo quando eu era capitão da PM ainda, fazíamos a segurança do Gugu Liberato. O Antonio Fonseca, conhecido como Manga, trabalhava comigo desde essa época. Jovem, estava com 47 anos ainda.

No dia 21, ele estava trabalhando aqui na Assembleia, quando foi até o carro no estacionamento e teve um problema no coração, começou a passar mal. Quero até agradecer pessoalmente a cabo Bruna, que fez o socorro do Manga.

Ele foi socorrido aqui na enfermaria, mas, apesar de todo o trabalho - ele chegou falando ainda, conversando - ali mesmo ele perdeu os sentidos. Apesar de todo o trabalho dos médicos, dos enfermeiros, da enfermeira maravilhosa que cuidou dele, infelizmente não houve jeito.

Ele acabou sendo socorrido no Dante Pazzanese, mas faleceu aos 47 anos de idade. Era praticamente um filho para mim esse menino, eu tinha grande estima por ele. O Antonio Fonseca, conhecido como Manga, infelizmente nos deixou no auge da sua vida.

Era um tanque para trabalhar, um tanque para trabalhar, uma pessoa superdisposta, super do bem. Não tinha quem falasse mal dele aqui na Assembleia. Ele estava na Festa do Morango com a gente, a Janaina está se lembrando dele.

Infelizmente, a perda do Manga é uma perda para a sociedade, porque era um homem que trabalhava sério, correto, honesto. Eu quero deixar o meu pleito aqui de gratidão ao Manga, a tudo o que ele fez pelo nosso mandato, por todas as pessoas que o conheciam, um pleito de homenagem à sua família, sua esposa Tamires e a filha dele, Maria Vitória, enfim, a todos que o acompanharam.

É uma coisa que me deixou muito sentido. Estou até meio sem chão até o momento, porque, enfim, foi muito triste. Então obrigado a todos os deputados que me mandaram recados, aos assessores, a todos que se solidarizaram com a gente. Infelizmente não tem o que falar, tá bom? Obrigado a todos aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Obrigado, deputado. Nossos sentimentos, e que Deus conforte o coração dos familiares, dos amigos, do senhor e de toda a sua equipe.